

# ÍNDICE GERAL

• Lista de Abreviaturas .....	9
• Índice Cronológico Geral.....	11
<b>▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	20
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	23
PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988 .....	23
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	110
EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	134
<b>▪ LINDB</b>	
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.....	172
<b>▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL</b>	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	176
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 .....	182
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015.....	189
<b>▪ CÓDIGO CIVIL</b>	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	288
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.....	298
<b>▪ CÓDIGO PENAL</b>	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL .....	402
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941 .....	404
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL .....	406
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL (EXCERTOS) – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 .....	414
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 .....	425
<b>▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL</b>	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....	476
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941 .....	479
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....	480
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 .....	486

## ▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	556
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.....	559

## ▪ CÓDIGO ELEITORAL

CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965.....	582
--	-----

## ▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	622
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	623

## ▪ CÓDIGO FLORESTAL

CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 .....	638
---	-----

## ▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 .....	658
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.....	662
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994.....	698
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.....	712
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.....	719
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.....	729
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 .....	735
ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER – LEI Nº 14.238, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021 .....	751

## ▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR .....	756
-------------------------------	-----

## ▪ REGIMENTOS INTERNOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	1354
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	1385

## ▪ SÚMULAS

SÚMULAS VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	1428
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1431
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	1448

## ▪ ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DAS SÚMULAS.....	1466
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – DIREITO CONSTITUCIONAL .....	1469

# ÍNDICE CRONOLÓGICO GERAL

## ▪ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990.....	813
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993.....	912
<i>Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1013
<i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.....	1137
<i>Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026.....	1341
<i>Institui o Código de Defesa do Contribuinte.</i>	

## ▪ DECRETOS-LEI

DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942.....	756
<i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946.....	756
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967.....	782
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967.....	799
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.</i>	

## ▪ DECRETOS

DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932.....	756
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992.....	864
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.</i>	
DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992.....	868
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.</i>	

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 .....	885
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
DECRETO Nº 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001.....	1045
<i>Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.</i>	
DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002.....	1051
<i>Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.</i>	
DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008.....	1083
<i>Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 .....	1104
<i>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.</i>	
DECRETO Nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010 .....	1118
<i>Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.</i>	
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012 .....	1141
<i>Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.</i>	
DECRETO Nº 7.845, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012 .....	1153
<i>Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.</i>	
DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016.....	1178
<i>Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 .....	1191
<i>Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.</i>	
DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 .....	1237
<i>Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022 .....	1307
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 11.034, DE 5 DE ABRIL DE 2022.....	1311
<i>Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.</i>	
DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022.....	1318
<i>Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.</i>	

## ▪ LEIS

LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 .....	772
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	

## ÍNDICE CRONOLÓGICO GERAL

<p>LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951 .....  <i>Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.</i></p>	778
<p>LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952 .....  <i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i></p>	779
<p>LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 .....  <i>Regula a ação popular.</i></p>	779
<p>LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 .....  <i>Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.</i></p>	802
<p>LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 .....  <i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i></p>	804
<p>LEI Nº 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983 .....  <i>Define os crimes de responsabilidade do governador do Distrito Federal, dos governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários, e dá outras providências.</i></p>	809
<p>LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 .....  <i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i></p>	810
<p>LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 .....  <i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i></p>	812
<p>LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 .....  <i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i></p>	819
<p>LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 .....  <i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i></p>	821
<p>LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 .....  <i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i></p>	831
<p>LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991 .....  <i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências</i></p>	855
<p>LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 .....  <i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências (Redação dada pela Lei 14.230/2021)</i></p>	856
<p>LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992 .....  <i>Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.</i></p>	875
<p>LEI Nº 8.448, DE 21 DE JULHO DE 1992 .....  <i>Regulamenta os arts. 37, inciso XI e 39, § 1º da Constituição Federal e dá outras providências.</i></p>	885
<p>LEI Nº 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993 .....  <i>Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.</i></p>	895
<p>LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 .....  <i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.</i></p>	896

LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 .....	906
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993 .....	914
<i>Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 .....	915
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.852, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1994 .....	925
<i>Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995 .....	943
<i>Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 .....	943
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 .....	953
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996 .....	960
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	
LEI Nº 9.277, DE 10 DE MAIO DE 1996 .....	960
<i>Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996 .....	960
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 .....	962
<i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 .....	979
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 .....	1004
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 .....	1006
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998 .....	1016
<i>Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998 .....	1032
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 .....	1033
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 .....	1039
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 .....	1042
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 .....	1043
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 .....	1082
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 .....	1100
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 .....	1116
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010 .....	1119
<i>Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 .....	1129
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 .....	1136
<i>Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 .....	1141
<i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012 .....	1152
<i>Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 .....	1158
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 .....	1161
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015 .....	1166
<i>Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 .....	1176
<i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	

LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016.....	1178
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 .....	1179
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.....	1224
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)</i>	
LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019 .....	1241
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 .....	1244
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019 .....	1247
<i>Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.</i>	
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 .....	1248
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.126, DE 22 DE MARÇO DE 2021 .....	1255
<i>Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.</i>	
LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 .....	1255
<i>Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.....	1262
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	
LEI Nº 14.172, DE 10 DE JUNHO DE 2021 .....	1303
<i>Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.</i>	
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022 .....	1307
<i>Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022 .....	1313
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023 .....	1327
<i>Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.</i>	
LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 .....	1327
<i>Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nos 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.</i>	
LEI Nº 14.751, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 .....	1330
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.</i>	
LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025 .....	1340
<i>Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.</i>	
<b>▪ CÓDIGO DE ÉTICA</b>	
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB .....	1169
<i>Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.</i>	
<b>▪ REGULAMENTO GERAL</b>	
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB .....	926
<i>Dispõe sobre o Regulamento Geral previsto na Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994.</i>	
<b>▪ RESOLUÇÕES</b>	
RESOLUÇÃO STF Nº 661, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2020 .....	1251
<i>Dispõe sobre o envio de comunicações processuais e autos de processos eletrônicos por mensagem eletrônica registrada.</i>	
RESOLUÇÃO STF Nº 693, DE 17 DE JULHO DE 2020 .....	1252
<i>Regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.</i>	
<b>▪ PROVIMENTO</b>	
PROVIMENTO DO CFOAB N. 205/2021 .....	1304
<i>Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.</i>	